

MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**CIDADANIA E BEM-ESTAR COMO FACTORES DE DESENVOLVIMENTO. UMA
ANÁLISE DO ACTIVISMO SOCIAL NA LUTA PELA HABITAÇÃO SOCIAL NO
BAIRRO DA QUINTA DA LAGE**

ACKSSANA RODRIGUES DA SILVA

OUTUBRO-2019

MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

CIDADANIA E BEM-ESTAR COMO FACTORES DE DESENVOLVIMENTO.
UMA ANÁLISE DO ACTIVISMO SOCIAL NA LUTA PELA HABITAÇÃO SOCIAL
NO BAIRRO DA QUINTA DA LAGE

ACKSSANA RODRIGUES DA SILVA

ORIENTADORA:
PROFESSORA DOUTORA IOLANDA ÉVORA

OUTUBRO-2019

GLOSSÁRIO

AML- Área Metropolitana de Lisboa

AMQL- Associação Moradores da Quinta Lage

AUGI - Áreas Urbanas de Génese Ilegal

CMA – Câmara Municipal da Amadora

ELH -Estratégias Locais de Habitação

IDH – Índice Desenvolvimento Humano

IMI - Imposto Municipal Sobre Imóveis

ODM- Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS-Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU -Organização das Nações Unidas

PAAR-QL - Regulamento Municipal do Programa de Apoio ao Auto Realojamento - Quinta Lage

PER- Programa Especial de Realojamento

ABSTRACT

Within the framework of alternative development theories, we intend to analyze the community experience of Quinta da Lage Neighborhood, in the Metropolitan Area of Lisbon that is currently in the eradication phase. The neighborhood is one of many with self-built housing, which make up the Municipality of Amadora and the study focuses on the struggle for social housing. The key element of analysis is the action that the association of residents develops to halt the demolition of their housing. We will try to debate the concept of citizenship and development regarding the well-being of populations targeted by resettlement processes. The social activism carried out by its associative members allowed to re-think how public policies could develop efficient and effective public strategies, which in the long run could be able to reduce the costs of urban rehabilitation plans in the territories of the periphery.

KEYWORDS: Social activism, civic participation, community development, social housing

RESUMO

Sob a lente das teorias alternativas do desenvolvimento, pretendemos analisar a experiência comunitária do Bairro da Quinta da Lage, na Área Metropolitana de Lisboa, que actualmente se encontra em fase de erradicação. O bairro é um dos muitos com habitações autoconstruídas que compõem o Município da Amadora e o estudo centra-se na luta pela habitação social. O elemento chave de análise consiste na acção que a associação de moradores desenvolve para travar a demolição das suas habitações.

Tentaremos colocar em debate o conceito de cidadania e desenvolvimento no que respeita ao bem-estar das populações alvo de processos de realojamento. O activismo social levado a cabo pelos seus membros associativos, permitiu repensar o modo como as políticas públicas poderiam elaborar estratégias eficientes e eficazes, que a longo prazo poderiam diminuir os custos dos planos de reabilitação urbana nos territórios da periferia.

PALAVRAS-CHAVES: Activismo social, participação cívica, desenvolvimento comunitário, habitação social

ÍNDICE

Glossário.....	3
Abstract.....	4
Resumo.....	4
Agradecimentos.....	6
1. Introdução.....	7
2. Enquadramento teórico.....	10
2.1. Associativismo como “engrenagem” na luta pela habitação.....	13
2.2. Participação cívica: activismo social.....	14
2.3. Estado da Arte.....	16
3.Caracterização do bairro Quinta da Lage.....	19
3.1.História do Bairro.....	20
4.Metodologia.....	22
4.1.Recolha material empírico.....	23
4.2.Políticas habitacionais.....	25
4.3.Cidadania e bem-estar: luta pela habitação.....	26
4.4.Experiência comunitária.....	32
5.Conclusão.....	34
6.Referências Bibliográficas.....	36
7.Anexo.....	45
7.1.Grelha de observação.....	45
7.2.Colecta de notícias.....	46
7.3.Informação do bairro.....	48

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer aos meus familiares e amigos pelo apoio que me deram nesta aventura.

Ao meu namorado pelas imensas horas de debate sobre todos os assuntos, especialmente aqueles em torno da política e justiça social.

Ao Mamadou Ba que foi o responsável na escolha deste mestrado. Obrigada pelo conselho, chegado o fim desta caminhada vejo que valeu todas as horas despendidas.

À orientadora, Prof^a Iolanda Évora, pela clareza com que se apresenta na academia, trazendo novas abordagens que tanto fazem falta para descolonizar o pensamento epistemológico, cada vez mais são necessárias pessoas com esse “arcaboço” intelectual. Muito obrigada!

Aos moradores do Bairro da Quinta da Lage e a sua respectiva associação.

Aos colegas que conheci através do mestrado, pelas horas de boa disposição e companheirismo na vida académica.

Aos professores do ISEG que contribuíram, nas mais diferentes áreas, para “aguçar” o meu pensamento crítico sobre o Desenvolvimento e a Cooperação.

1. INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) introduziu uma nova perspectiva ao desenvolvimento, aquilo que anteriormente seriam directrizes só para os países classificados como em vias de desenvolvimento, foi recomendado para todos os países do mundo, “*De facto, importa ressaltar que esta é uma Agenda com uma dimensão universal, a implementar por todos os países, e não apenas nos países em desenvolvimento, como era o caso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), no período entre 2000 e 2015*” (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017:5). Este novo olhar, que incluiu também os países desenvolvidos, pode ser encarado como uma reflexão em todos os quadrantes dos problemas que assolam a geração actual e com sérias repercussões nas gerações posteriores. Sob o lema *ninguém deve ser deixado para trás*, a Agenda apresenta dezassete Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) direccionados para pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias, com propostas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável, designado como os 5P’s do desenvolvimento actual. (idem,Ibidem).

É a partir do mote do objectivo 11 - Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis - que este trabalho procura discutir teoricamente o problema da habitação no contexto português, através da experiência concreta da Associação do Bairro da Quinta da Lage que luta por uma habitação social digna. O Relatório Nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, supracitado, refere que “*O direito a uma habitação adequada, consagrado constitucionalmente, é reconhecido como base de uma sociedade estável e coesa e como alicerce para acesso a outros direitos, tais como educação, saúde ou emprego*” (Ibidem p.57). Mas, cada vez mais os problemas da habitação estão a tornar-se um flagelo nacional, tanto pelos preços das rendas, como pela segregação habitacional. Sabemos que a crise da habitação não é um problema exclusivamente nacional, mas, Portugal está entre os países referenciados pela Comissão Europeia sobre os valores das rendas - “*Risks linked to accelerating house price dynamics across the euro area are under scrutiny (...)*.” (European Commission,2019). Consequentemente, a habitação social tem vindo a aumentar por necessidade de garantir, num regime de rendas controladas, casas com custos ao alcance de pessoas economicamente mais desfavorecidas: “*The housing sector has also key*

social implications. In particular, protracted house price growth above that of incomes may make housing unaffordable to disadvantaged households.” (Ibidem p.1).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida que pretende avaliar o nível de desenvolvimento dos países do mundo, para isso utiliza indicadores como: riqueza nacional, população, saúde, segurança, educação, emprego e percepção de bem-estar, para aferir a qualidade do desenvolvimento humano. A escala numérica de avaliação varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo do 1 maior é o nível de desenvolvimento. Portugal, encontra-se na posição 41^o, com 0,847 de avaliação colocando-o no grupo dos países classificados com o nível de desenvolvimento humano muito alto. Como podemos constatar, esta medida combina factores sociais e económicos. De acordo com Mahbub ul Haq (2008), a correlação entre IDH e desenvolvimento económico pressupõe o impulso de áreas específicas, como a educação, capacitação dos agentes sociais e a saúde, de modo a permitir-lhes obter um trabalho remunerado. Já na perspectiva de Sen (2003), o desenvolvimento está intrinsecamente relacionado com a liberdade, argumentando que o bem-estar dos agentes sociais advém de conjunturas sociais que levam a determinados modos de vida.

Analisando a economia portuguesa, ao longo dos anos, tem vindo a demonstrar fragilidades, pese embora seja um país considerado desenvolvido, alguns desafios que enfrenta no quotidiano são similares aos dos países em vias de desenvolvimento. Tomemos como exemplo o sector da habitação que ao longo dos anos tem despoletado grandes debates na sociedade civil. Com a revolução de 1974 vieram as mudanças endógenas em todo o panorama nacional, entre elas o direito à habitação, passando a figurar no artigo 65.º da Constituição portuguesa, que vigora até os nossos dias, como direito inalienável, de modo a garantir uma habitação condigna, apropriada ao agregado familiar.

Mais de quatro décadas passadas, os bairros sociais, com habitações autoconstruídas pelos locatários, que teriam como destino a requalificação e planeamento urbano continuam por resolver, ficando assim aquém do que seria esperado no pós-25 Abril, uma condição habitacional condigna, num Estado-Nação que garante o bem-estar social comum.

Na Europa, os países do Sul são os mais vulneráveis do ponto de vista económico e social, e isto deve-se ao facto de serem considerados sociedades semiperiféricas, conferindo

¹ Cf. Human Development Indices and Indicators 2018 Statistical Update
http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.pdf

em alguns casos um estado de desenvolvimento intermédio, por outras palavras, existe uma conjectura que tende a combinar particularidades dos países mais pobres com economias mais desenvolvidas.

Segundo Boaventura Sousa Santos², “(...) à semelhança de outras sociedades semiperiféricas do sistema mundo, Portugal tem, por um lado, combinado características dos países mais e menos desenvolvidos, encontrando-se, por outro lado, frequentemente sujeito a tensões geradas pela sua posição intermédia em termos de desenvolvimento e de gestão de conflitos entre sociedades centrais e sociedades periféricas do sistema mundo.” (apud Santos *et al.*, 2014:6). Esta análise é suportada pela teoria social de Wallerstein³ (1984), que explica as interdependências do sistema mundo. A mesma concepção utiliza Estanque (2005:15) “(...) sociedade de desenvolvimento intermédio como a portuguesa, com fortes contrastes sócio-económicos e culturais (...)”. Considerando esta perspectiva em relação aos países do Sul, conseguimos repensar os conceitos que estão em torno do desenvolvimento, sendo deslocado para o centro do debate as indagações que permitem pensar criticamente a sociedade. Do mesmo modo que a noção de subdesenvolvimento é aplicada, sobretudo, aos países de África ou da América Latina, encontramos situações muito próximas em determinados contextos dos países ditos desenvolvidos, onde algumas franjas da população coabitam permanentemente com a pobreza, exclusão social, marginalização, entre outros problemas que remetem os indivíduos a uma condição de subcidadania.

Quando pensamos em habitação várias são as suas configurações, dependendo das sociedades onde estão inseridas, mas, no contexto de um país dito desenvolvido, em que esta pesquisa se debruça, é relevante pensar na habitação como indicador de bem-estar e desenvolvimento. Uma vez que cada indivíduo tem direito a uma habitação com condições de salubridade e, acima de tudo, direito de escolha do local onde reside, mesmo quando não tem condições económicas para suportar o preço das rendas, deve ser respeitado o princípio da autodeterminação do indivíduo. Por outro lado, se habitação social é um direito sabemos

² Cf. Santos (1985; 1993)

³ O contributo de Wallerstein na Sociologia Histórica trouxe um novo olhar neomarxista, o sistema mundo divide o mundo em três categorias: países centrais, semiperiféricos e periféricos.

que, no caso dos moradores do Bairro da Quinta da Lage, foram eles próprios os construtores das suas habitações, direito esse que não foi garantido pelo Estado. Este cenário social conduz a investigadora, nesta pesquisa, a questionar a complexidade em torno do tema da habitação social, uma vez que ao longo dos anos este tema foi relegado para um plano secundário, quando comparado com a construção de centros comerciais ou infra-estruturas rodoviárias. Mas, os intervenientes no processo de realojamento reclamam uma voz activa, reivindicando os seus direitos, através da participação cívica activa.

Tendo em conta este quadro conceptual a questão de investigação é - de que forma o activismo social contribui e promove o desenvolvimento comunitário?. Toda a observação foi baseada na relação entre a cidadania e bem-estar, em Portugal, num país considerado de nível de desenvolvimento intermédio. Na perspectiva *micro* de desenvolvimento pretendeu-se colocar em evidência, um estudo de caso sustentado na experiência comunitária, onde os *agentes de desenvolvimento*, pertenciam à comunidade, consequentemente isso levaria a um maior conhecimento do contexto.

De forma a dar corpo aos elementos teóricos, a dissertação está dividida em três partes: enquadramento teórico, descrição do bairro da Quinta da Lage e metodologia. O primeiro capítulo é referente à discussão teórica que alicerça os conceitos utilizados. No segundo capítulo é descrita a história do Bairro da Quinta da Lage. O último capítulo é referente à metodologia utilizada para a recolha de dados para o estudo de caso.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Esta dissertação procura introduzir, no debate acerca do desenvolvimento, as perspectivas de cidadania e bem-estar, a partir do ponto de vista de uma comunidade local que luta para o acesso a uma habitação social. Para tal, é necessário mobilizar o conceito de activismo social enquanto forma de participação cívica activa, em que os protagonistas são os próprios actores locais que desempenham um papel fulcral no desenvolvimento do seu bairro.

Os trabalhos de Cabral (2000); Ribeiro e Menezes (2016) e Silveira *et al.*, (2008), remetem-nos para as várias dimensões que compõem a cidadania e participação cívica. No *stricto sensu*, o activismo é definido como participação activa na vida política e social, com vista a gerar uma transformação social da realidade através de acções individuais e colectivas. Esta forma de participação cívica tem como particularidades a identificação no

tempo e a mudança estrutural e privilegia o diálogo como o melhor veículo de sensibilização e esclarecimento da população.

Amaro (2003) identifica três "fileiras" sobre o desenvolvimento – a) ambiental, b) pessoas e das comunidades ("people-centered") e c) Direitos Humanos e da dignidade humana. Segundo o autor, a "fileira" das pessoas e das comunidades ("people-centered"), ou "fileira vermelha", procura colocar as pessoas e comunidades locais no centro do protagonismo do desenvolvimento. É, por isso, também a fileira da participação e da cidadania, sendo o desenvolvimento, antes de mais, o exercício pleno de cidadania e o resultado de uma participação activa de todos. Esta fileira traz para o debate outras propostas para o conceito de desenvolvimento, como a tentativa de derrubar as noções eurocêntricas que enredam todo o processo de desenvolvimento e, também, possibilita a atribuição do papel principal a outras instituições e organizações que de outra forma não seriam equacionadas.

Estas novas visões acerca do desenvolvimento introduzem novas variantes que nos levam a repensar as acepções do termo e, conseqüentemente, considerar que não pode ser um processo unicamente económico, permitindo uma reflexão mais alargada, na medida em que não encaram o desenvolvimento apenas como uma corrente da economia, mas também social e multidisciplinar.⁴

Desde meados do século XX que surgem outras perspectivas, que podemos designar, tendencialmente, progressistas e humanistas, que procuram alternativas ao desenvolvimento, dito tradicional, assente no crescimento económico.

Em 1950, as Nações Unidas, segundo Maria Silva(1964), definiram desenvolvimento comunitário⁵ como *“uma técnica pela qual os habitantes de um país ou região unem os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural das suas colectividades, de associarem essas colectividades à vida da Nação e de lhes permitir que contribuam sem reserva para os progressos do País”* (Silva, 1964:1). Nesse sentido, podemos definir desenvolvimento comunitário como uma tentativa de promoção do bem-estar local, tendo em consideração as características do território. Esta mobilização colectiva insere os agentes locais no plano principal das políticas públicas direccionadas para essa realidade. Os novos protagonistas

⁴ Cf Amaro (1993)

⁵ Cf. Carmo (2003); Singer (2004);

que despontam deste novo quadro teórico, dão o seu contributo para a acção histórica da comunidade em que estão inseridos.

Na perspectiva de Amaro (2009), desenvolvimento local é *“o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas.”* (Amaro, 2009:108).

Podemos aduzir que estas estratégias seriam apontadas como apenas necessárias para os países em vias de desenvolvimento, face ao paradigma desenvolvimentista⁶, mas o panorama mundial ao longo dos anos foi mostrando que, tendo em conta as desigualdades económicas e sociais que existem dentro dos países desenvolvidos, se torna urgente delinear planos de acção que impulsionem os territórios “esquecidos”, e, a par disso, temos as zonas de interior, áreas urbanas com forte índice segregacionista, debilidades económicas e empregos precários no seio dos países desenvolvidos.

A partir de meados da década de 1980, esta nova política social do desenvolvimento trouxe um paradigma alternativo, direccionado para as populações, amplamente explorado pelas Ciências Sociais através da análise económica e de política social, focado no desenvolvimento social. De acordo com Hall *et al.* (2004:2) *“however, while policy itself tends to evolve slowly, the perceptions and practices that generate policy change have advanced markedly over the past decade. Interventions have become more targeted and tailored to meet the specific economic and social needs of diverse groups. At the same time, development planners have become increasingly aware of the need to systematically integrate social analysis and social policy into the mainstream of development policy design and implementation”*.

A partir deste quadro de possível mutação social, emergem dentro da sociedade civil novas organizações, por exemplo, associações onde são construídas agendas reivindicativas para tentar solucionar os problemas que as instituições tradicionais não conseguem resolver. Segundo Junqueira (2004:26), *“As organizações, como realidades sociais, vão sendo construídas ao longo do tempo, incorporando novos actores e seus*

⁶ Estêvão explicita a teoria de Evans: *“o modelo do Estado desenvolvimentista numa teoria mais geral sobre o Estado nos países em desenvolvimento, que o levou a distinguir três arquétipos de Estado: predatório, intermediário e desenvolvimentista.”* (Evans, 1995 apud Estêvão 2004:15).

interesses, independentemente de sua posição. A capacidade dessas organizações de intervir de maneira eficaz na realidade social não depende apenas das habilidades dos actores sociais envolvidos em ler situações, mas também da criação de novos conhecimentos organizacionais.” Nesse sentido, as associações em contextos sociais vulneráveis, constituem um veículo de maior participação cívica através da capacitação dos seus agentes para organizar e direccionar o desenvolvimento da comunidade. Citando Lüchmann (2014:173) “*...entender as configurações do campo associativo requer que se olhe para além das associações, ao mesmo tempo que se identifiquem os recursos, os actores, as propostas e as dinâmicas das práticas associativas em suas relações e articulações...*”

Deste modo, a relação entre cidadania e desenvolvimento do ponto de vista social, depende de indicadores orientados para o bem-estar, traduzindo-se na tomada de decisões por parte dos intervenientes locais (que podem ser definidos como *agentes de desenvolvimento*) juntamente com os órgãos de poder, de maneira a construir políticas públicas adequadas.

2.1. Associativismo como “engrenagem” na luta pela habitação

A actual legislação sobre a criação de associações remonta ao quadro jurídico de 1976, que concedeu aos cidadãos em Portugal a liberdade associativa. Desde então, ao longo dos anos, foram criadas diversas associações, podendo este modelo de participação cívica ser encarado como um indicador do nível de democracia existente dentro da sociedade. Todavia, existem outras formas de aferir os parâmetros que compõem as medidas que norteiam a cidadania enquanto factor de igualdade, nomeadamente, o bem-estar social, reivindicado pelos movimentos cívicos para corrigir as assimetrias sociais.

Do ponto de vista de Albuquerque (2008:93) auxiliada pela teoria Putnam ⁷(1993) “*(...) as associações e as organizações voluntárias desempenham um papel de destaque. (...) as associações de moradores ou de vizinhos, os coros, os clubes desportivos, as cooperativas, as associações culturais, em suma, as organizações voluntárias dos mais variados fins, assentam na adesão livre por parte dos indivíduos e no desenvolvimento de interações baseadas em relações horizontais. Deste modo, são redes que possibilitam a*

⁷ A teoria defendida por Putnam (1993) relaciona o capital social e a rede de contactos dos agentes sociais. Este refere que as particularidades das instituições sociais, por exemplo as associações, são um grande influenciador na cooperação entre os indivíduos realçando as normas e a confiança estabelecidas *a priori*.

emergência do compromisso cívico ("civic engagement"), um elemento essencial à construção de capital social." Este movimento cívico pretende estabelecer novos padrões de vida, de forma a corrigir as desigualdades sociais e económicas.

Podemos dizer, então, que a presença das associações na sociedade contribui sobretudo para dar visibilidade/voz às reivindicações que os agentes sociais procuram defender, a partir de quadros conceptuais próprios, que constroem e promovem acções para o bem-estar dos seus integrantes.

Além disso, o desenvolvimento comunitário pode constituir-se como um plano de actuação local, que pode ser replicado a nível nacional, não esquecendo as especificidades de cada realidade.

Viegas (2014), identifica três tipos de associações que coexistem dentro das sociedades: associações de "integração social", associações de "defesa de interesses de grupo" e associações que expressam "os novos movimentos sociais". A primeira é de cariz social e interventivo, dando como exemplo as associações de pais e de moradores, associações desportivas, culturais e recreativas. A segunda diz respeito a um estilo mais cooperativo, onde situa associações empresariais ou financeiras. E, por último, estão elencadas as associações que exprimem os novos movimentos sociais (e.g as associações ecologistas e ambientais e as associações de defesa dos direitos de cidadania).

Nesta perspectiva de análise, a associação de moradores do Bairro Quinta da Lage, que luta pela habitação social, pretende uma reabilitação do seu bairro, em vez da erradicação a que o mesmo está sujeito. Ao longo dos anos foi enfrentando a demolição das suas habitações autoconstruídas.

A constituição de uma associação de moradores foi importante para tornar a luta mais organizada, sendo uma forma de dinamizar o movimento cívico para fora do bairro. Na sequência deste enquadramento organizativo, surge o conceito de activismo social, que desempenha o papel central e, consequentemente, objecto de estudo.

2.2. Participação cívica: activismo social

Ao longo dos anos, os movimentos cívicos ganharam cada vez mais centralidade devido à envolvimento dos cidadãos no processo democrático das sociedades. Os agentes sociais procuram mobilizar o maior número de meios que possibilitem a transformação

social pretendida e, para tal, a acção colectiva serve de alavanca para proporcionar um maior engajamento dos elementos da comunidade.

Dentro das comunidades emergem determinados actores que são denominados de activistas, tanto pela sua capacidade de liderança, mas também pela aptidão em mobilizar o maior número de pessoas para a causa que pretendem defender. Heath (2013) argumenta que o activismo é um processo que visa a transformação social no qual os agentes sociais pressionam organizações ou instituições no sentido de alterar condutas e políticas problemáticas, por exemplo, no caso da associação de moradores que pretendem travar a erradicação do bairro, visto que consideram que uma das vias possíveis seria a reabilitação deste. A mesma perspectiva é partilhada por Smith (2005) *“broadly defines activism as a process by which a group of people exert pressure on organizations or other institutions to change policies, practices, or conditions that they find problematic.”* (apud Ciszek, 2015:1)

Existe um processo social que transforma os agentes em activistas, que resultam de meios de produção informais e não partidários (no que diz respeito aos partidos políticos). No caso do activismo social, as práticas desenrolam-se no campo da promoção de direitos sociais e civis para uma justiça social eficaz.

“According to several observers, in contrast to a previous period of “tutelage” in which neighborhood associations vacillated between acquiescence and conflict with municipal government, the participatory reforms have fostered new institutions in civil society, a greater interconnectedness between local organizations, and a “scaling up” of activism away from solely neighborhood to city wide concerns.” (Baiocchi 2002 apud Della Porta and Diani 1999:225).

Assim sendo, o activismo pode ser entendido como um movimento comunitário onde pessoas que se sentem injustiçadas procuram rectificar as assimetrias, uma vez que os modelos institucionais se revelam parcos para conseguir inserir mudanças.

Para Castells (2007) a internet introduz novas dinâmicas no modo de vida social, adverte para os seus efeitos negativos nas relações sociais, não deixando de admitir que a internet é um instrumento de trabalho e lazer, quando é correctamente utilizada. Decerto que, no activismo, esta ferramenta desempenha o papel de aliado porque é através dela que

a informação é disseminada, garantindo a projecção das acções para fora da comunidade, procurando ter o efeito aglutinador para juntar cada vez mais “aliados” na luta.

A consonância entre activismo social e internet compõe uma nova forma de luta articulada com estratégias inovadoras, por conseguinte o resultado desta combinação transforma o activismo numa nova tecnologia social que tem ganho muitos participantes o que o ajuda a desenvolver-se, tornando-o num possível instrumento na luta pela correcção das assimetrias sociais. De forma analítica, este posicionamento político desenvolve uma trajectória com dupla face. A primeira consiste numa maior participação activa na sociedade civil através do *civic engagement*, concebida para influenciar as decisões governativas. Em segundo, tendem a criar redes de contacto formais e informais que permitem criar mecanismos de solidariedade e proximidade para dar respostas temporárias às dificuldades que enfrentam.

Em Portugal, nos bairros de habitação social encontramos uma forte organização em associações de moradores que zelam e promovem o bem-estar da comunidade, através da construção permanente de estruturas sociais capacitadas e empoderadas para o desenvolvimento comunitário.

2.3. Estado da Arte

As ciências sociais ao longo dos anos têm-se debruçado sobre os problemas que estão na base dos bairros de habitação social. O termo bairro social, pelo senso comum, remete-nos para uma realidade de exclusão social e marginalização devido às representações estigmatizadas que estão presentes na sociedade, o que influencia o modo como os vários agentes sociais lidam com as populações residentes nesses territórios.

Segundo Chaves (1999), a imagem difundida pelos *mass media* procura acentuar o estigma porque apenas divulgam as situações de conflitualidade, e, consequentemente, os indivíduos são inseridos em grupos estigmatizados, reproduzindo uma representação desfasada da realidade, num “espelho” estilhaçado. Essa distorção promove o protagonismo de agentes sociais ligados à criminalidade, dessa forma certas práticas sociais são remetidas para segundo plano. Para Bourdieu (2011) a degradação simbólica é uma consequência para quem vive nos territórios estigmatizados, ou seja, existe um aumento de privações de recursos para enfrentar aquele contexto estigmatizado.

Quando olhamos para história dos bairros de habitação social da Área Metropolitana de Lisboa, há factores que são comuns a todos, no que concerne às relações construídas ao longo do tempo, pois os laços de cooperação são fortes, criando uma comunidade coesa capaz de criar mecanismos que garantam o bem-estar local, como encontramos por exemplo no bairro da Cova da Moura, em que a associação local, Moinho da Juventude, procura um apoio à população através de acções práticas centradas nas necessidades da comunidade.

Na concepção de Firmino da Costa (1999) estas sociabilidades constituem o que designa de “*sociedade de bairro*”. Para o autor existem diversas formas que geram relações de afinidade e identificações colectivas desenvolvidas no interior dos bairros, caracterizando-se por modelos sociais interligados através de lógicas de disposição territorial, bem como de modelos específicos de interacção e modos de sociabilidade tendo por base o associativismo e padrões de ritualização (re)produtoras de identidades culturais e identitárias, quer endógenas como exógenas ao bairro.

A comunidade, enquanto conceito operativo, transporta-nos para um campo social marcado por diversas interacções quotidianas. Assim, é possível conceber o conceito de comunidade como um modo organizacional espacialmente identificada, e, também, a um conjunto de pessoas que comungam de sentimentos de pertença.

Dentro dos modos de vida urbanos existem formas de organização social que se assemelham aos modos rurais. Os grupos de vizinhança, as relações interpessoais baseadas na interajuda, em que as actividades informais ou formais formam mecanismos de solidariedade comunitária.

Os contributos de Durkheim acerca dos modos de vida comunitários indicam que solidariedade grupal não é exclusiva dos meios rurais, mas, dentro das sociedades contemporâneas, alguns bairros constituem comunidades societárias. Brint (2001) defende que a linha durkheimiana pensa a comunidade, não enquanto estrutura social ou entidade física, mas sim como um combinado de propriedades variáveis de interacções que são encontrados, não só junto das aldeias tradicionais, mas também entre os moradores das zonas urbanas.

É possível enquadrar os bairros enquanto espaços produtores de identidades e práticas pelos elementos da comunidade, concebidos quer internamente como externamente através de uma visão exógena por elementos exteriores ao bairro. Contudo, a delimitação

territorial não patenteia uma marca física e administrativa rígida, mas a demarcação busca restringir as construções culturais e identitárias colectivas perante as formas de sociabilidade exteriores a esses territórios. Wacquant(2011) na sua análise compara a prisão com a segregação territorial, defende que as ferramentas sociais são semelhantes, na medida em que as duas situações delimitam as fronteiras físicas dos indivíduos, levando-os a um encarceramento intencional.

Concomitantemente, estes territórios localizados nas zonas urbanas, são espaços onde as reproduções de relações de proximidade, simultaneamente, albergam espaços de habitação, contexto laboral e sociabilidade. Prost (1992) descreveu os bairros sociais como espaços de vizinhança, saudações, sorrisos e cumprimentos, que forjam cenários de gratidão e convívio entre vizinhos. As redes de contactos são informais, as sociabilidades são construídas diariamente pelos vários agentes sociais através da participação em actividades colectivas, nomeadamente, as de lazer. O bairro opera como uma pequena cidade dentro da cidade, isto é, os moradores que nele residem identificam-se, sociabilizam, concebem laços afectivos e sentimentos de pertença.

A Sociologia tem vindo a desmistificar essas realidades, através do estudo da identidade territorial. Os trabalhos dos autores Goffman (1989), Bourdieu (2011) e (2006) ajudam a compreender a estigmatização territorial e apontam que o nível de vida dos moradores está dependente da representação que os próprios constroem e nas relações estabelecidas no dia-a-dia, com os demais membros. Portanto, é necessário pensar a questão do desenvolvimento comunitário nestes contextos onde as desigualdades sociais materializam-se em privações específicas.

Nos círculos concêntricos do modelo de *Burgess*⁸ conseguimos observar a segregação territorial efectuada em função do capital económico e social.

No caso específico dos bairros em territórios marginalizados, esta característica conduz a uma lógica de reabilitação social, com grande incidência na necessidade em realojar a população. A construção de identidades colectivas através das dinâmicas sociais internas, faz com que a reivindicação do espaço social seja levada a cabo através de uma associação de moradores que conhecem bem as suas necessidades.

⁸ Sociólogo Ernest Burgess(1929) demonstra através modelo de análise a distribuição dos vários grupos sociais na cidade de Chicago, onde manifestamente os mais desfavorecidos habitam as periferias . Cf.Park, Burgess & McKenzie, 1925

Todavia, o processo de urbanização aliado à suburbanização das cidades industriais, permite a construção de zonas destinadas aos serviços, designado por *metropolização*. De acordo com Hanlon et al. (2010) este sistema surge por via de investimentos que se constituem de diversas formas. Numa fase inicial o *reinvestimento* dos locais centrais da cidade que ao longo dos anos foram desvalorizados e, consequentemente, foram abandonados, inabitados, entre outros. Do ponto de vista político e económico, esta transformação social é necessária com o objectivo de produzir novas dinâmicas dentro desses espaços através da reabilitação, potenciando a emergência de espaços público-privados.

Ainda em Hanlon et al (2010), o outro processo de investimento subsequente é o da gentrificação, que consiste na substituição da população através do enobrecimento urbano, isto é, a valorização dos terrenos através da construção de habitações vocacionadas para as classes mais altas. Segundo Costa (1999), com “*a expressão de origem anglosaxónica (gentrification) pretendeu-se designar o movimento de reocupação por elementos das classes altas e médias – sobretudo por jovens adultos das novas classes médias de profissionais com níveis elevados de capital escolar – de áreas centrais das cidades, nomeadamente centros históricos e zonas portuárias, anteriormente desvalorizadas, degradadas e habitadas por populações de fracos recursos, com baixo status ou em situação de exclusão social.*” (*apud* Rodrigues, 2008:143)

Os estudos etnográficos tentam compreender os modos de vida urbanos e, consequentemente, os problemas que estão na origem do crescimento assimétrico das grandes cidades. Associada a esta perspectiva estão os problemas de exclusão social, marginalização dos grupos sociais mais desfavorecidos, em que cada vez mais o panorama social é mais complexo, exigindo a intervenção das instituições através do desenho de políticas públicas que permitam a requalificação urbana (Mendes,2012; Marcus,1991).

3. CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO QUINTA DA LAGE

A associação de moradores, os espaços de convívio e sociabilidades, a igreja e o espaço infantil fazem parte do pequeno bairro junto à estação do metropolitano de Lisboa da Amadora-Este.

Os fluxos migratórios explicam a composição territorial inicial em que encontramos duas vertentes: a migração interna e a imigração como factores de fixação neste território.

Sabemos que as causas que motivam os dois cenários resultam, em alguns casos, de factores económicos, mas este não é o único factor explicativo. De acordo com autores como Figueiredo (2005), Peixoto (2004), Castles e Miller (2003) que apontam diversas teorias sobre as migrações, são vários factores que tendem a explicar fenómenos migratórios como a rede de contactos estabelecidos entre o local de origem e o local de destino (*e.g* familiares e amigos), ou a quantidade de informação que se detém do local de destino que o torna atractivo, seja por motivos profissionais ou pela qualidade de vida.

Todavia, o cenário actualmente é diferente, já não existe uma migração, ao longo dos anos a população criou dinâmicas comunitárias para combater os problemas sociais que têm enfrentado.

A identidade forjada pela população do Bairro da Quinta da Lage permite caracterizá-los como uma comunidade coesa e organizada socialmente. A caracterização do Diário de Notícias (DN) demonstra esta afirmação: “*Centenas de pequenas moradias, uma igreja e dezenas de estabelecimentos, como cafés, um minimercado e uma oficina - é este o retrato genérico do bairro da Quinta da Lage, onde há um certo ambiente de aldeia.*” (DN, 09/06/2019).

A história narrada pelos moradores em muito se assemelha aos contextos rurais das aldeias, espelham dinâmicas sociais colectivas pensadas para o bem-estar comum de todos aqueles que fazem parte da comunidade local. Estes mobilizam os meios necessários para colmatar as falhas do Estado, com vista a uma transformação do quotidiano, até encontrar o seu próprio nível de conforto. E este é um ponto de reflexão importante, porque permite analisar as expectativas que a população detém para o seu desenvolvimento local.

3.1 HISTÓRIA DO BAIRRO

Situado na Área Metropolitana de Lisboa, Município da Amadora, freguesia da Falagueira-Venda Nova, o Bairro da Quinta da Lage existe há mais de sessenta anos e é um bairro de autoconstrução. A evolução do bairro revela uma primeira fase muito precária, sem saneamento e barracas autoconstruídas com materiais em madeira. Com o passar do tempo os moradores, através da solidariedade local começaram a melhorar as habitações. De acordo com os cadernos do observatório (2014)⁹ “*A autoconstrução ou construção de habitação própria com a participação activa dos futuros locatários em diferentes fases do*

⁹ Finança e habitação em Portugal “Os cadernos do observatório” - estudo realizado pelo Centros Estudos sociais.

processo, contando na generalidade dos casos com a ajuda de familiares, vizinhos ou amigos, constitui efectivamente uma das formas primordiais de provisão de alojamento” (Santos *et al.* 2014:15).

Actualmente, residem no bairro aproximadamente 400 famílias, as instalações da AMQL ficam logo à entrada do bairro, quando entramos os cartazes¹⁰ colados na parede prendem atenção e neles estão escritos:

- Melhoria das condições do nosso bairro;
- Direito de lugar;
- Eu amo o meu bairro;
- Requalificação do bairro;
- Somos crianças felizes porque aqui brincamos livres;
- Interesses imobiliários.

Os cartazes são representativos da luta que está a acompanhar o momento vivido no bairro e não só, também carregam uma carga simbólica sobre como e quais devem ser as medidas a adoptar.

A Amadora é o primeiro município criado após a revolução de Abril, a 11 de Setembro 1979 procedente de um processo que culminou na separação do Município de Oeiras. Os registos sobre bairros autoconstruídos apontavam para cerca de trinta e cinco, que foram sendo erradicados, mas a Amadora não é caso único na AML. Os membros da associação estão no centro dos holofotes porque conseguiram granjear as atenções dos órgãos de poder local e nacional, e, é claro, que pela AML existem outras associações de moradores que procuram o bem-estar dos seus elementos, mas a sua luta pela habitação social tem particularidades que enquadram os seus agentes num cenário de exclusão, pobreza e debilidade económica.

A historicidade desta comunidade e do bairro de autoconstrução mistura-se com a história dos restantes bairros precários que existiram ao longo da Amadora, marcada pela diversidade cultural, identidades construídas colectivamente. No decurso desta pesquisa

¹⁰ Estes cartazes foram utilizados numa exposição intitulada “Eu amo o meu bairro” na Assembleia da República a 5 Junho 2019, esta exposição contou com desenhos realizados pelas crianças do bairro, em que mostram a forma como percebem o lugar onde habitam. Os desenhos revelam os laços comunitários que existem, além das crianças algumas famílias também estiveram presentes. Esta iniciativa é resultado de uma visita ao bairro a convite da AMQL, por deputados que constituíram o Grupo de trabalho da Habitação, Reabilitação Urbana e Política de Cidades. (disponível em <https://www.parlamento.pt/Paginas/2019/junho/Exposicao-eu-amo-o-meu-bairro.aspx>).

procuramos perceber e associar em que medida as Ciências Sociais contribuem para desmistificar a imagem dos bairros de habitação social.

4.METODOLOGIA

Com a finalidade de explorar as teorias alternativas sobre o desenvolvimento baseado em experiências de uma comunidade, realizámos um estudo de caso num bairro com habitações autoconstruídas na Área Metropolitana de Lisboa, no município da Amadora. Tal como referia Yin (1994:12) este método *“contribui de forma única para o nosso conhecimento de fenómenos individuais, organizacionais, sociais e políticos.”*

O método qualitativo, observação semi-estruturada, tornou-se determinante para analisar a experiência desta comunidade por um curto espaço de tempo. *“Qualitative researchers are interested in people’s belief, experience, and meaning systems from the perspective of the people.”* (Mohajan, 2018 p.2).

Durante cinco meses efectuámos deslocações ao local com o objectivo de conhecer, compreender e analisar a luta pela habitação travada pela AMQL. As visitas ao Bairro da Quinta da Lage proporcionaram o contacto directo com a comunidade local, durante este período os momentos de conversas informais e ocasionais com os moradores permitiram recolher informação acerca do bairro. Para Spink (2008:72) *“um pesquisador no cotidiano se caracteriza frequentemente por conversas espontâneas em encontros situados.”*

Sato e Souza (2001:35) *“(...) é importante, para o estudo desses processos, conhecer o contexto material no qual as interações se dinamizam –(...), nesse sentido, a observação direta e a observação participante mostram-se como ferramentas importantes, já que as expressões das pessoas são contextualmente referidas. Desta forma, além destas, o emprego de técnicas como entrevistas e conversas informais, num contexto contemporâneo e real, tem-se mostrado fértil.”*¹¹

O mapeamento das intervenções junto dos órgãos de poder local, nomeadamente, as assembleias de freguesia e municipais, permitiram a realização da observação directa¹² da

¹¹ Esta afirmação é feita à luz de Yin (1990).

¹² Quivy e Campenhoudt (1998 p.196-207) descrevem este método como restrito à observação visual. O investigador social pode optar por uma vertente participante, do tipo etnológico ou por uma técnica de observação não participante em que em que os procedimentos técnicos são muito rigorosos.

actuação da AMQL fora do bairro. *“It is used to study one or more cases within a bounded setting or context. It is conducted by using multiple sources like: questionnaires, interviews, observations, written accounts, and audio-visual materials”* (Creswell, 2009 *apud* Mohajan, 2018:11).

De forma a colmatar a falta de algumas informações, optámos por uma análise de conteúdos de peças jornalísticas, pese embora neste caso seja uma técnica complementar, *“os documentos não existem isolados, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido. Com esse propósito, podemos utilizar a análise de conteúdo que inclui três estágios: estabelecer o problema de pesquisa, recuperar o texto e empregar métodos de amostragem, interpretação e análise.”* (May, 2004:109).

O aspecto positivo a apontar, naquilo que concerne a um estudo de caso particular, é que permite ao pesquisador obter resultados somente do caso analisado. O método qualitativo procura uma compreensão dos fenómenos que constituem o objecto de estudo, desse modo o foco é colocado nos agentes sociais dentro do seu contexto de interacção (Bryman, 2004; Albarello, 2005).

4.1 RECOLHA MATERIAL EMPÍRICO

De forma a dar resposta ao objectivo da dissertação, foi necessário efectuar algumas visitas ao bairro Quinta da Lage para conhecer a sua história, organização territorial, entre outros. No diário de campo foram delimitados pontos fulcrais para observação, especialmente o contacto dos dirigentes da associação com a comunidade. Este método semi-estruturado de observação permitiu restringir as prioridades sem rejeitar outras matérias que poderiam constituir uma pesquisa futura. Na perspectiva de Merton (1948) ao longo da pesquisa empírica existem acasos que podem mudar o rumo da pesquisa o que classifica como padrão de serendipidade (*apud* Costa, 1985).

Apresentaremos também outra forma de recolha de material para esta pesquisa em que foram utilizadas fontes documentais, notícias que os dirigentes prestaram aos órgãos de comunicação social e documentos disponíveis no site da Câmara Municipal da Amadora, de forma a ultrapassar os constrangimentos no campo.

A dificuldade encontrada no decurso da pesquisa fez com que alguns dados sobre a AMQL não pudessem ser utilizados no trabalho, e isso espelha-se nas imperfeições. Como

uma das falhas derivadas disso, apontamos a omissão de dados sobre a AMQL, nomeadamente a descrição aprofundada dos seus dirigentes e da forma como decidiram resgatar o movimento associativo no bairro, uma vez que foi através dele que no passado houve avanços significativos do ponto de vista habitacional. Os antigos membros foram os responsáveis pelo sistema de saneamento, entre outras coisas, que ainda hoje fazem parte do bairro.

A recolha de informação junto da AMQL não foi fácil, primeiro por ser recente e, depois, pela informação que ainda é de carácter confidencial, uma vez que o processo de demolição ainda está em curso. O contacto com os moradores do bairro permitiu conhecer a história do mesmo desde a sua criação, até à presente data. A falta de disponibilidade por parte dos dirigentes associativos, fez com que alguns dados estivessem incompletos, no entanto, através de dados disponibilizados na internet, mais concretamente na página de Facebook da AMQL, permitiu-nos cruzar informação com os dados recolhidos nas visitas que fizemos ao bairro. Outra fonte de informação foi a observação directa que efectuámos nas assembleias de freguesia e municipais onde intervieram. Nos primeiros contactos com a AMQL foi pensada uma entrevista com um dos dirigentes, contudo, após contactos sem sucesso, foram só recolhidos dados em conversas informais sobre a AMQL. Andrada (2018:237) advertia para as dificuldades quando se está no campo *“Ela ou ele certamente demorará mais em campo, quando comparado a outros métodos. Sentir-se-á perdido, deslocado, lançado ao inusitado da vida cotidiana do lugar – e pior, sem nada saber sobre seus códigos e léxicos.”*

A recolha extensa de material jornalístico que davam conta da situação do Bairro Quinta da Lage foram usadas como suporte, durante os cinco meses toda a informação na imprensa portuguesa foi tida em consideração, uma vez que um dos dirigentes do bairro era sempre entrevistado e isso permitiu analisar a evolução das acções levadas a cabo pela AMQL.

É de ressaltar que a pesquisa exaustiva na imprensa tinha como palavra-chave “Bairro Quinta da Lage”, não tendo sido excluída nenhuma fonte possível de informação, porque todo o material seleccionado foi cruzado com a recolha *in loco*.

As notícias dos jornais, além de serem complementares, ajudam a enquadrar e problematizar a imagem que é versada do bairro a partir do olhar jornalístico, hoje em dia é simples analisar as caixas de comentário das notícias em versão online e este exercício é um

momento a destacar porque fez despertar para outras questões ligadas à habitação. O preconceito em relação à habitação social é percebido pelas descrições do que deve ser a habitação social e os elementos fora da comunidade apontam que este direito é um privilégio, atendendo que as rendas são mais baixas face ao mercado de habitação comum. A imagem estigmatizada destes locais está presente no discurso utilizado para comentar as peças jornalísticas acerca do bairro.

A página de Facebook da AMQL ajudou a acompanhar as actividades agendadas, a publicação das iniciativas colocou-nos a par de toda actuação da associação. Esta ferramenta foi útil porque, em alguns momentos, conseguimos acompanhar o que se passava no bairro em directo, através dos vídeos divulgados no Facebook. E também publicaram notícias dos *mass media* sobre o bairro.

4.2 POLÍTICAS HABITACIONAIS

Antes de avançar é necessário, elucidar que a nomenclatura habitação de génese ilegal é usada frequentemente por alguns órgãos de comunicação social e, talvez, essa categorização seja fruto das interpretações devido às características que apresentam serem semelhantes aos que estão vertidos na Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro - *Processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal*. O bairro não é considerado como sendo de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), pese embora, no que diz respeito aos processos de demolição, sejam tratados como habitações ilegais, construídas em terrenos de propriedade privada.

Neste caso em particular, a comunidade local, através da associação de moradores, tenta pressionar a Câmara Municipal da Amadora (CMA) no sentido de travar as demolições, pois acreditam que através da inclusão dos seus representantes no processo de realojamento podem encontrar outras vias que não seja o desaparecimento do bairro com a sua composição actual.

Portugal, dentro dos ODS delimitou estratégias para colmatar as carências na área da habitação. Foi concebida uma *Estratégia Nacional para a Habitação 2015-2031*, com a finalidade de encontrar soluções habitacionais para que as famílias consigam preços acessíveis, conforto, acessibilidades, entre outros: “(...) Portugal depara-se com dois grandes desafios no que se refere ao financiamento público de políticas públicas e programas de realojamento das famílias que vivem em situações de precariedade

habitacional e ao prosseguimento de uma política de reabilitação dos bairros sociais” (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017 p.57-59). Inscrito neste plano de actuação está incorporada a *Nova Geração de Políticas de Habitação*, em que ficou aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, onde se delimitou estratégias habitacionais, nos termos do artigo 199º, nº4, alínea g) da Constituição –“ *Determinar que, para dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional, são adoptados, designadamente, os seguintes instrumentos de política:*

a) *1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que visa garantir o acesso a uma habitação adequada a pessoas que residem em condições habitacionais indignas. Este é um programa considerado central na política de habitação e que assenta na concessão de apoio financeiro aos atores públicos e assistenciais locais (municípios, empresas municipais, instituições particulares de solidariedade social), a associações de moradores e cooperativas de habitação e construção, constituídas por agregados familiares elegíveis ao abrigo do programa, e diretamente aos próprios agregados familiares, para disponibilização de um leque diverso de soluções habitacionais a preços acessíveis ao universo dos destinatários”* (Diário da República n.º 84/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-05-02).

Para análise, tomámos em consideração todos estes dados acerca da estratégia nacional para a habitação, de modo a explicar a falta de representatividade na concepção das políticas públicas, dando conta da exclusão dos membros da comunidade no processo de desenvolvimento do local. A conversa informal com o representante da associação permitiu apreender as motivações iniciais que levaram a resgatar a velha AMQL, mas com novos estatutos.

4.3 CIDADANIA E BEM-ESTAR: LUTA PELA HABITAÇÃO

Como conseguimos aferir através das estratégias para a habitação, o direito à mesma é inalienável para qualquer cidadão e existem várias medidas que tentam combater as deficiências na área da habitação social, sendo que observamos uma falta de estratégia na inclusão de algumas populações na malha urbana.

Porém, o cenário nacional remete-nos para que sempre que exista um realojamento, este seja em zonas urbanas específicas. Segundo Cachado (2011) um dos objectivos do

PER¹³ seria a erradicação das barracas de forma a garantir habitação social condigna e, consequentemente, evitar a exclusão social.

No caso do Bairro da Quinta da Lage existem soluções apresentadas pela CMA que a AMQL considera ineficientes. *“Os dirigentes da associação afirmam que apenas pretendem o que é deles, o direito de lugar tal como está no cartaz. Referem que são excluídos do processo de realojamento.”* (Diário de campo da pesquisa, 21/07/2019).

Na base da revitalização da AMQL está a luta pela habitação, segundo o plano de erradicação do bairro levado a cabo pela CMA, até 2021¹⁴ o processo de demolição estará concluído. Afirmam que *“a água, esgotos, electricidade foi tudo conseguido” pelos moradores, que “lutaram e angariaram fundos” — a estrada está alcatroada com financiamento de quem lá viveu, afirmou. “Os meus filhos brincam em segurança na rua, nos bairros sociais onde nos querem realojar não há segurança, nem iluminação. Além de perder os nossos vizinhos, vamos perder o nosso bem-estar.”* (Jornal Público, 22 de Março de 2019).

A quebra dos laços de vizinhança é outro motivo apontado pela associação (...) *sublinhou que há uma comunidade com laços sócio-familiares, “há pessoas que estão lá há 60 anos”, algumas com mais de “90 anos que não irão aguentar um realojamento”. (...) que “identificou o terreno como urbano”, não requalificar aquele edificado em vez de realojar as famílias.* (Ibidem). Numa das sessões na assembleia municipal da CMA, questionaram a presidente sobre a possibilidade de reabilitação do bairro, uma vez que nem todas as habitações carecem de um investimento público e os proprietários ao longo dos anos melhoraram as condições das suas casas. A resposta obtida foi que todas as soluções já foram apresentadas e que até 2021 o processo de erradicação do bairro estará concluído, uma vez que os terrenos onde foram construídas as habitações têm proprietário e por isso as construções foram ilegais.

¹³ PER foi criado em 1993 (Decreto-Lei nº.163/93 de 7 de Maio), para as Áreas Metropolitanas do Porto e Lisboa com a finalidade de erradicar as barracas procurando um plano de realojamento eficaz para os agregados familiares economicamente frágeis.

¹⁴ Informação disponível no site da CMA, onde ainda se pode ler a seguinte informação: *“A intervenção municipal no Bairro da Quinta da Lage, localizado na área da Falagueira/Mães de Água, encontra-se numa fase inicial. Não obstante a erradicação deste bairro, a par dos demais de natureza precária ainda existentes no território assume-se como prioritário na estratégia municipal de habitação em elaboração, no quadro das novas políticas e mudanças substanciais que, no curto prazo, se perspectiva para a área da habitação em termos nacionais.”* (website CMA consultado a (24/04/2019)

Todavia, o território tem habitações precárias, embora existam outras habitações que foram intervencionadas pelos seus proprietários e, actualmente, a sua configuração é igual a qualquer habitação de classe média.

Foi concebido pela CMA, uma estratégia vocacionada para o Bairro da Quinta da Lage, designado de *Regulamento Municipal do Programa de Apoio ao Auto Realojamento – Quinta da Lage*, publicado a 3 de Dezembro de 2018 e em vigor a partir de Janeiro 2019. Uma das informações que consta no preâmbulo é: “(...) *Deste modo e por forma a alargar a resposta aos agregados familiares recenseados no PER, que ainda residem em situação de precariedade habitacional na Quinta da Lage, surge o presente Programa, que apresenta benefícios quer para os seus destinatários, quer para o município, pois se por um lado, é proporcionado àqueles um apoio que lhes permita optar pela solução habitacional que lhes for mais favorável, por outro, esta autonomização rentabiliza os recursos do município, permitindo que o parque habitacional municipal se destine a quem efetivamente precisa e não consegue aceder a outra alternativa habitacional.*”. A falta de consenso tem pautado as soluções oferecidas a esta comunidade que, da sua parte, almejam um diálogo que produza os efeitos pretendidos na reversão do processo de demolição. Por outro lado, importa realçar o facto de todos os bairros de habitação considerada precária na Amadora, terem o mesmo fim, independentemente do trabalho realizado por parte da comunidade, com vista ao seu bem-estar.

O Regulamento Municipal do Programa de Apoio ao Auto Realojamento - Quinta da Lage artigo 3 nº4 indica que “*A concessão de incentivo pelo Município, no âmbito do presente Regulamento, implica a demolição da construção não licenciada*”, neste caso, leia-se, todas as habitações do bairro porque elas são de autoconstrução, no entanto, mesmo com esta denominação, os moradores afirmam que nunca deixaram de pagar os impostos municipais, nomeadamente o IMI, após o processo de melhoramento do bairro, auxiliado pelo antigo Município a que pertenciam (Oeiras). O IMI é outra contestação que os moradores fazem, uma vez que “ficam no ar” questões de ordem jurídica acerca do modo como o Estado e os municípios tratam as questões legais dos bairros de autoconstrução, contestação partilhada por todos os moradores com quem falámos.

Quando analisamos as “*Estratégias Locais de Habitação*”¹⁵ (ELH) estão elencadas quatro directrizes:

¹⁵ Ver apresentação ELH

- *À escala local (concelhia ou supramunicipal);*
- *Com âmbito setorial, mas assegurando a integração das políticas públicas;*
- *Orientadas para a ação concertada dos atores públicos e privados, reconhecendo a necessidade da partilha de recursos e de compromissos;*
- *Fixam objetivos com base numa visão partilhada e num modelo de intervenção transparente, pragmático e mensurável. (in Estratégias Locais de Habitação, sd).*

As propostas de resolução do campo da habitação social vão desde uma maior intervenção do Estado central na protecção do acesso à habitação, passando também por uma acção concertada com os actores locais e isso permite uma democratização e representatividade dos moradores, sendo uma voz activa na reabilitação e planeamento da cidade. Para Wacquant (2001) “(...) o Estado desempenha um papel central na produção e na distribuição, tanto social quanto espacial, da marginalidade urbana: o destino do precariado pós-industrial revela-se economicamente subdeterminado e politicamente sobredeterminado.” (p.145)

Quando reflectimos à luz da obra de Lefebvre (2008) “*O direito à cidade*”, encontramos os pontos de intersecção com o contexto vivido pelos moradores da Quinta da Lage, em que as estruturas sociais condicionam a participação na vida da cidade. A segregação territorial movida pelo estigma é um dos obstáculos que impede a inserção completa da população na malha urbana, a fragmentação urbana com continuidades e descontinuidades.

Neste bairro a falta de acessibilidades não é um problema, a sua localização é central junto de transportes e serviços. Mas, as soluções propostas pela CMA é para bairros de habitação social limítrofes da AML onde a segregação territorial é muito maior, e que os moradores se confrontam com horários de transportes rígidos e o contacto com o centro da cidade é nulo ou inexistente.

Cachado (2011:8) aponta que “o realojamento em habitação social em bairros mais afastados dos centros urbanos vem acarretar uma segregação inesperada face às pretensões iniciais. Sob o desígnio da melhoria das condições habitacionais, as condições sociais parecem ter sido proteladas.”.

A pretensão de melhorar as condições habitacionais acarreta uma mudança nas dinâmicas dos agregados familiares, muitos de nós também por vezes nos confrontamos com alterações de habitação, mas a diferença é que estes moradores, ao não aceitarem a solução apresentada, ficam sob a ameaça de um despejo sem habitação social atribuída.

Há situações mais críticas de famílias que receberam as cartas de advertência sobre a demolição, mas devido às questões burocráticas não estavam recenseadas pelo PER, houve um novo recenseamento para garantir a inclusão de toda a população do bairro, como é sobejamente conhecido, o PER demora anos até atribuir habitação. Há mais de 20 anos que algumas famílias aguardam por um realojamento e com as demolições acabam por ficar em risco de perder a casa e sem alternativa de habitação social.

Analisando o *Regulamento Municipal do Programa de Apoio ao Auto Realojamento – Quinta da Lage*, após o recenseamento de todos os agregados verificou-se que seria necessária uma medida alternativa ao PER. O artigo 1º designa “*O presente regulamento cria o Programa de Apoio ao Auto Realojamento para o núcleo da Quinta da Lage, de ora em diante designado por PAAR-QL, o qual tem por objetivo a prestação de apoio, por parte do município da Amadora, a sujeitos ou agregados familiares que, constando de recenseamento PER efetuado em 1993 e das suas atualizações ainda residam, em situação de precariedade habitacional naquele núcleo cuja delimitação se encontra fixada na planta anexa e que faz parte integrante deste regulamento.*” (Diário da República n.º 3/2019, Série II de 2019-01-04).

Existem relatos de ocupações de casas vazias no bairro. Num comunicado afixado à porta da associação e publicado na página de Facebook “*A Associação de Moradores da Quinta da Lage vem por este meio comunicar/informar que não se revê em nenhum comportamento de ocupação de casas que se encontram vazias. Esta decisão, bem como qualquer tipo de responsabilidade desse acto recai sobre a vontade de cada indivíduo*” (Comunicado AMQL, 20 Maio 2019).

Enquanto pesquisadores, durante o período de permanência no bairro, conseguimos apreender que a actuação dos dirigentes associativos (presidente e a vice-presidente), são sempre no sentido construir métodos e técnicas que fortaleçam a luta pela habitação social. O que representam enquanto membros da comunidade, designamos-lhes por activistas sociais, uma vez que as suas acções não se cessam pelo associativismo praticado na

associação, pugnam pelo bem-estar da comunidade, desde actividades para as crianças, denúncia das condições de higiene, entre outros.

Exemplo disso foi a intervenção na assembleia de freguesia da Falagueira-Venda Nova, onde questionaram a falta de limpeza do bairro: “*O nosso bairro está sem limpeza há várias semanas, a CMA não dá resposta às nossas preocupações. Apenas se interessa com o dinheiro que pagamos de IMI, cada vez mais há entulhos no cimo do bairro deixado pelas máquinas da CMA. Precisamos de respostas porque não podemos ir para rua com os nossos filhos.*” (Diário de campo, 13 Junho 2019)

Heath (2013) refere que o activismo advém de uma situação problemática, os actores que emergem em representação dessa causa buscam desafiar a legitimidade de uma organização.

Um dos motivos apontados pela AMQL para a erradicação do bairro, além das condições de algumas habitações que, no entendimento geral apenas precisavam de ser reabilitados porque já não são habitações precárias (barracas), é o novo planeamento urbano do município com a finalidade de construção de uma via distribuidora. De acordo com o projecto *Construção da Via Distribuidora Estruturante-L5*, definido de *Plano de Ação de Regeneração Urbana da Venda Nova*, esta estrada advém de um co-financiamento pelo *Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional* no decurso do *Programa Operacional Regional de Lisboa 2020*. Os órgãos de poder local entendem que esta manutenção é indispensável para a revalorização e desenvolvimento da zona da Falagueira / Venda Nova. Pese embora as indicações disponíveis, até à presente data, não indiquem que a *Construção da Via Distribuidora Estruturante-L5*, atravesse o local onde o bairro actualmente se encontra, à entrada do bairro da Quinta da Lage já existem obras decorrentes do *Plano de Ação de Regeneração Urbana da Venda Nova*.

Este impasse entre o município e a AMQL tem ganho muito destaque mediático, o caso já foi alvo de exposição na Assembleia de República por alguns deputados como forma de denunciar as demolições forçadas. Graças à acção permanente da AMQL o ¹⁶*Grupo de*

¹⁶Vide: http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c32646a4c304e766258567561574e685a47397a53573177636d56756332457651323974645735705932466b62334e5953556c4a54463830553077764d6a41784f5441304d545666566d6c7a615852684c574a70636e4a764c58463161573530595331735957706c637935775a47593d&fich=20190415_Visit_a-birro-quinta-lajes.pdf&Inline=true

Trabalho da Habitação, Reabilitação Urbana e Políticas de Cidades, da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, visitou o bairro a 17 de Abril, com o propósito de conhecer os problemas deste.

4. 4 EXPERIÊNCIA COMUNITÁRIA

Regressando à questão inicial sobre cidadania e bem-estar como factores de desenvolvimento, baseado na experiência da comunidade do bairro da Quinta da Lage, na sua luta pela habitação social está visível a participação cívica, resultante da acção colectiva protagonizada pela AMQL. Para Estanque (1999:99) “(...) *falar hoje de comunidade significa questionar e reinventar a própria noção de comunidade, retirando-lhe a conotação nostálgica e o vínculo espacial que a tem acompanhado e conferindo-lhe uma perspectiva construcionista e discursiva*”. Quando pensamos nos processos sociais que se inscrevem na participação cívica encontramos as noções formuladas por Marshall (1992) e Cabral (2003) que cruzam com o desenvolvimento comunitário defendido por Schallenger (2003), onde as estratégias desenvolvidas pelos líderes associativos geram um clima de interacção e de interdependência entre as partes da comunidade. O autor argumenta: “*Contemporaneamente, a forte afirmação da ideologia da globalização e o futuro incerto da sociedade sugere uma concepção inter e transdisciplinar do conceito de desenvolvimento, que tenha, também, implicações sobre a necessidade de apreender nas diferentes organizações sociais a inteligência coletiva e os vínculos de solidariedade ativa que impulsionam os diferentes processos de desenvolvimento local e comunitário.*” (Schallenger, 2003:9).

Entre o espírito de interajuda e vizinhança convive a saudade daqueles que já saíram do bairro, os destroços das habitações demolidas contam histórias silenciadas pelo tempo. Os moradores mais antigos narram com alegria os primeiros contactos, as conversas em torno da bica que existia fazem lembrar os nomes daqueles que ajudaram o bairro a desenvolver-se. Segundo Costa e Cordeiro (1999:60) “*Os bairros são lugares reais e imaginados, intrinsecamente articulados com outras unidades sociais: desde os pequenos nós de interacção vicinal, informais, por vezes estruturados em redes discretas, ou polarizadas em torno de uma rua, de uma associação ou de uma loja, passando pela freguesia, unidade política e administrativa mais ampla*”. Sempre que olhamos para o cenário vivido no Bairro da Quinta da Lage, encontramos pontos de convergência com esta

afirmação, a sede da AMQL não é apenas um local de reivindicações, por lá passa todo a preparação e organização das actividades, incluindo as de fruição do tempo livre. Desde a criação da associação, o bairro ganhou novas dinâmicas. Este ano foi realizado o primeiro arraial dos santos populares promovidos pela AMQL, com o contributo dos moradores. No recinto da festividade foram observados laços de cooperação e vizinhança.

“Cada morador ajudou na construção do arraial, uns colocaram os enfeites alusivos aos santos, outros estão encarregues das bebidas e comidas típicas da quadra religiosa. Teve também música e animação ao cargo de artistas locais” (Diário de campo, 20 Junho 2019).

Quando observamos os efeitos que uma associação de moradores produz dentro da comunidade, encontramos espaços amplos de actuação colectiva, onde se colocam em evidência os laços comunitários ¹⁷ e de vizinhança. Contextualmente, as associações de moradores desempenham um papel central no desenvolvimento social e local, podendo os seus representantes fazer parte dos órgãos de poder e decisão. Esta inclusão, indicaria maior representatividade.

Do nosso ponto de vista de investigadora e *outsider* do bairro o processo de erradicação e, conseqüentemente, o realojamento da população em bairros com um alto teor segregacionista, replica os modelos concebidos desde o período pós-25 Abril. Não existe uma construção de políticas públicas que considerem cada realidade. A curto ou longo prazo percebemos que estas medidas se tornam caras para a factura social, uma vez que os problemas de carência habitacional continuam presentes, acentuando as desigualdades no que diz respeito à habitação. Passamos a ter populações que, por decreto, são obrigadas a viver em determinados locais devido à sua condição económica frágil, resultado da falta de estratégia de inclusão das mesmas; no tecido urbano, o que dificulta o acesso ao elevador da mobilidade social.

¹⁷ Cf. Granovetter, 1979

5. CONCLUSÃO

Esta dissertação tinha como finalidade analisar o activismo social na luta pela habitação social no Bairro da Quinta da Lage e recorremos ao conceito de desenvolvimento comunitário para ajudar a analisar e compreender - de que forma o activismo social contribui e promove o desenvolvimento comunitário?. No decurso da pesquisa várias foram as interrogações que nortearam a reflexão acerca das desigualdades sociais em Portugal em aspectos da habitação, observamos o diálogo indirecto entre Cidadania e Desenvolvimento, este olhar critico trouxe à colação os aspectos do “sub” que ladeiam ambos os conceitos, ou seja, existe o que os teóricos designam de subcidadania e subdesenvolvimento. Tal como explica Jessé de Souza (2003) no seu trabalho desenvolvido sobre as populações que vivem na periferia e o grau de exclusão e marginalização a que estão sujeitos os moradores, o que o autor denomina de “A construção social da subcidadania” é um processo que sustenta a normalização das desigualdades sociais adjacentes sempre aos territórios com determinadas características. Exemplo disso, temos o contexto deste bairro de autoconstrução que analisámos. Já o subdesenvolvimento é entendido como uma característica dos países de baixo rendimento, como os da África ou América Latina, no entanto observamos aqui o ponto de semelhança com estes contextos, que em muitos aspectos comungam dos mesmos desafios sociais.

A propósito da questão inicial conseguimos abrir o debate teórico sobre os contributos dos actores sociais que emergem dentro da comunidade, os elementos que fundamentaram a pesquisa conduzem-nos para uma análise acerca do papel das associações em contextos desfavorecidos. Estes aspectos levaram a reflexões que dão relevância ao nosso contributo neste debate sobre habitação social:

- construção de políticas públicas conjuntas (com os *agentes de desenvolvimento*);
- *compreensão das reivindicações da comunidade local*;
- maior representatividade.

A análise de Teixeira (2002:6) sintetiza os contributos das organizações: “*a sociedade civil, articulada em suas organizações representativas em espaços públicos, passa a exercer um papel político amplo de construir alternativas nos vários campos de atuação do Estado e de oferecê-las ao debate público, co-participando, inclusive, na sua implementação e gestão*”. Para sustentar esta retórica utiliza o exemplo das Organizações Não-Governamentais e organizações de base representativa que desenvolveram trabalhos adequados,

direccionados para as políticas públicas, assumindo-se como complementos da actuação do Estado e de insubstituível importância onde a actuação deste último nem sempre é eficiente e eficaz.

Além disso, o activismo social introduz novas variáveis, nomeadamente, a presença nos espaços de debate e decisão, influenciando as opções tomadas em prol da causa defendida. Porém, o caminho ainda é longo naquilo que diz respeito à correcção de assimetrias sociais, pois como este caso demonstra, na concepção e aplicação de políticas públicas que envolvam representantes das mais diversas áreas da sociedade civil muito resta por fazer.

Apesar da existência das políticas habitacionais no sentido de combater a precariedade habitacional, ainda nos confrontamos com uma segregação territorial cada vez maior e as medidas de austeridade impostas pelas organizações internacionais vieram agravar ainda mais a situação económica e social das populações que vivem nas periferias. Torna-se necessário encontrar políticas públicas que consigam dar respostas eficientes e eficazes, mas, sobretudo, tentar que essas medidas sejam adequadas para as populações visadas.

Ao analisar a implantação das medidas da Agenda 2030 junto das populações, vemos que são poucas as medidas a ser realizadas, pese embora haja directrizes e planos de actuação delimitados. A falta de relatórios específicos sobre cada ODS dificulta a análise dos avanços conseguidos, essa falha reflecte também uma falta de compromisso com as metas propostas.

Quando pensamos nos pilares dos discursos teóricos do desenvolvimento - igualdade, empoderamento, sustentabilidade e produtividade - podemos encontrar o activismo social como elemento-chave na elaboração de actuação, garantindo uma maior participação cívica por parte daqueles que não estão inseridos na malha urbana. A AMQL é um exemplo na luta pela habitação, até ao momento conseguiram obter apoios de forma a dialogar com a CMA pois acreditam, tal como é o seu lema: *juntos somos mais fortes*.

Depois desta análise da luta pela habitação social ficou a reflexão acerca do papel das associações em contextos desfavorecidos, na medida em que nos fez repensar o próprio paradigma de desenvolvimento nos países ditos desenvolvidos do sul da Europa. Existe um

divórcio entre o Estado e as populações desfavorecidas, visto que estas realidades no seu percurso histórico foram confrontadas com as sucessivas falhas por parte das instituições. A discussão teórica entre cidadania e bem-estar trazem para o debate o papel decisivo das associações no seio das comunidades economicamente desfavorecidas, descrevem de forma pormenorizada quais são as suas reivindicações e a forma como elas poderão ser corrigidas. Este olhar para a comunidade como produtor de activistas que se transformam em *agentes de desenvolvimento* da sua comunidade, reiteram a urgência de uma construção de políticas públicas robustas que inclua os membros locais, tornando-os assim intervenientes activos no seu processo de desenvolvimento comunitário, em vez de meros espectadores atentos a medidas desfasadas da sua realidade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albarelo, L.** (2005). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Albuquerque, Rosana** (2008), *Associativismo, Capital Social e Mobilidade*. Contributos para o Estudo da Participação Associativa de Descendentes de Imigrantes Africanos Lusófonos em Portugal, Lisboa, Universidade Aberta. [tese de doutoramento]
- Amaro R. R** (2003). “Desenvolvimento: um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”. *Cadernos de Estudos Africanos*, vol. 4, Janeiro-Julho, pp. 35-70.
- Amaro, R. R.** (1993). As novas oportunidades de desenvolvimento local. *A Rede para o Desenvolvimento Local*, nº.8, pp. 15-22.
- Amaro, R. R.** (1998). Desenvolvimento local em Portugal: as lições do passado e as exigências do futuro. *A Rede para o desenvolvimento local*, Edição Especial, Novembro, pp. 60-64
- Amaro, R. R.** (2009), “Desenvolvimento Local”, in Antonio David Cattani, et al. (Coord.): *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 108- 113.

- Andrada, C.** (2018) O método no centro: relatos de campo de uma pesquisa psicossocial de perspectiva etnográfica. *Psicol. USP* [online]. 2018, vol.29, n.2, pp.236-245. ISSN
- Bourdieu, P.** (2011). *A miséria do mundo*. 8.ed. Petrópoli, Vozes.
- Bryman, A.** (2004). *Social Research Methods*, Oxford: University Press.
- Cabral, M. V.** (2000) O exercício da cidadania política em Portugal. In : Cabral, M.V. , Vala, Jorge & Freire, João (Eds.) *Trabalho e Cidadania*, pp.123-162 Imprensa de Ciências Sociais.
- Cabral, M. V.** (2003) O exercício da cidadania política em perspectiva histórica (Portugal e Brasil) *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 51, pp.31-60 ANPOCS.
- Cachado, R.** (2011) Realojamento em zonas de fronteira urbana. O caso da Quinta da Vitória, Loures. *Fórum sociológico*.
- Castells Manuel** (2007) *A Galáxia Internet. Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*, “Comunidades virtuais ou sociedade em rede?”, pp. 145-166. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castles, S. e Miller, M.** (2003), *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*; London: Guildford.
- Cellard, A.** (2008) A análise documental. pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008 (Coleção Sociologia). In: POUPART.
- Chaves, M.** (1999) o estigma como espelho: notas sobre a deterioração de uma identidade territorializada *Fórum sociológico*, 1/2 (IIª serie), 289-320.
- Ciszek, E.L.** (2015) Bridging the gap: Mapping the relationship between activism and public relations. *Public Relations Review*.

Cordeiro, G. Í., Costa, A. F. da. (1999). Bairros: contexto e intersecção. In G. Velho (Ed.), *Antropologia Urbana. Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal* (pp. 58–79). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Costa, António Firmino (1985) Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros”, *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89), 1985- 3º-4º-5º, pp 735-775

Costa, António Firmino da. (1999).” Sociedade de Bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural. Oeiras, Celta

Creswell, J. W. (2007). *Qualitative inquiry and research design – Choosing Among Five Approaches*, Second Edition, Thousand Oaks: Sage.

Della Porta, Donatella and Diani, Mario (1999), *Social Movements: An introduction*. Oxford: Blackwell Publishers

Estanque, Elísio (1999), Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 55, 85-111.

Estanque, Elísio (2005), *Análise de classes e desigualdades sociais em Portugal: em defesa da perspectiva compreensiva*. *Revista Novos estudos*, CEBRAP, São Paulo-Brasil. [Versão online]<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11133/1/An%C3%A1lise%20de%20classes%20e%20desigualdades%20sociais%20em%20Portugal.pdf>

Estêvão, João (2004). *Desenvolvimento Económico e Mudança Institucional: O Papel do Estado*. Working Paper WP08/2004/DE/CESA, Departamento de Economia, Instituto Superior de Economia e Gestão.

Figueiredo, Joana Miranda (2005), *Fluxos Migratórios e Cooperação para o Desenvolvimento. Realidades Compatíveis no Contexto Europeu*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

- Goffman**, Erving. (1989) A representação do eu na vida cotidiana. São Paulo: Perspectiva
- Granovetter**, M. (1979). The Idea of ‘Advancement’ in Theories of Social Evolution and Development. *American Journal of Sociology*, 85 (November), pp. 489-515
- Granovetter**, M. (1985). Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91(November), pp. 481-510.
- Hall**, Anthony and Midgley, James. (2004) Social Policy for Development: local, national and global dimensions”. In: Hall, Anthony and Midgley, James. Social Policy for Development. London, Sage Publications, pp. 1-43.
- Hanlon et al.** (2010) Cities and suburbs: new metropolitan realities in the US. Capítulo II e Capítulo IV.
- Heath**, R. (2013). Encyclopedia of Public Relations. London: SAGE Publications p6-8
- Junqueira**, L. A. P. (2004) A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro sector, Saúde soc. vol.13 no.1 São Paulo Jan./Apr. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000100004
- Lefebvre**, Henri. (2008) O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2008 5ªed. Disponível em https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf
- Lüchmann**, L.H.H (2014) Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, RBCS Vol. 29 n° 85 junho/2014 pp 159-226.
- Marshall**, T. H. (1950; 1992), *Citizenship and Social Class*, Londres, Pluto Press
- May**, T (2004) Pesquisa Documental: escavações e evidências. Pesquisa Social: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- McKenzie**, Roderick D .; Park, Robert Ezra; Burgess, Ernest Watson (1967). A cidade. Chicago: University of Chicago Press.

Merton, R. (1949) *Sociologia Teoria e Estrutura*, Editora Mestre Jou, ed.1970 São Paulo pp. 172-173.

Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2017). *Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, por ocasião da Apresentação Nacional Voluntária no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas. Portugal.* Portugal : Vitorino Mello Oliveira, Francisca Navega. Disponível em https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/relatods17_pt.pdf

Mohajan, H. (2018). Qualitative Research Methodology in Social Sciences and Related Subjects. *Journal of Economic Development, Environment and People*. Vol.7(1), pp. 23-48. Disponível em <https://mpa.ub.uni-muenchen.de/85654/>

Ocampo, José Antonio (2002). “Rethinking the development agenda”. *Cambridge Journal of Economics*, vol. 26, nº 3, pp. 393-407

Park, RE, Burgess, EW & McKenzie, RD (1925). *A cidade*. Chicago, Illinois: Imprensa da Universidade de Chicago.

Peixoto, João (2004), *As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas*, SOCIUS Working papers

Prost, Antoine; Vincent, Gérard. (1992), *História da vida privada: da primeira guerra aos nossos dias*. Vol .V. São Paulo, Companhia das Letras

Putnam, R. (1993). The prosperous community: social capital and public life. *Am. Prospect*. nº 13: 35-43.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Grávida

Ribeiro, N., Neves, & T., Menezes, I. (2016), “Participação cívica e política de jovens imigrantes e portugueses”. *Análise social*, 221, li (4.º), pp. 822-849.

- Rodrigues, W. J.S.** (2008). Cidade em transição: nobilitação urbana, estilos de vida e reurbanização em Lisboa. Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE-IUL. Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/2604>
- Santos, A. C., Teles, N., & Serra, N.** (2014), “Finança e habitação em Portugal”, Cadernos do Observatório sobre Crises e Alternativas, 2, pp. 1-59 Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/41129>
- Santos, B.S.** (1985) “Estado e Sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português”, *Análise Social*, XXI (87-88-89). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Santos, B.S.** (1993) “O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: O caso português”, in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal: Um Retrato Singular*. Col. Saber Imaginar o Social, 5. Porto: Edições Afrontamento, pp. 17-56.
- Silva, M.M.** (1964) Oportunidade do Desenvolvimento Comunitário em Portugal, in *Análise Social*, vol. II, n.º 7/8 (2º semestre), Lisboa, pp. 498-510.
- Sato, L., & Souza, M. P. R.** (2001). Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicologia USP*, 12(2), 29-47
- Schallenberger, E.** (2003) Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. *Revista Mediações*, Londrina, v. 8, n. 2, p. 9-26
- Schumpeter, J. A.** (1983 [1911]) *A Teoria do Desenvolvimento Económico*. São Paulo: Abril Cultural.
- Sen, A.** (2003). *O Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Rosa, J. C. Lisboa: Gradiva
- Sen A. K.** (1977). “Rational Fools: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory”. *Philosophy and Public Affairs*, Vol. 6, No. 4 (Summer, 1977), pp. 317-344.
- Sen, A. K.** (1983). “Development: Which Way Now?” *The Economic Journal*, Vol. 93, No. 372 (Dec., 1983), pp. 745-762.

- Sen, A. K.** (1990). "Justice: Means versus Freedoms". *Philosophy and Public Affairs*, Vol. 19, No. 2 (Spring, 1990), pp. 111-121.
- Silveira, A.F., et al., org.** Cidadania e participação social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 230 p. ISBN: 978-85-99662-88-5
- Singer, P.** (2004). É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres? Texto para discussão, Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Ministérios do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária.
- Souza, Jessé.** (2003) A Construção Social da Subcidadania: para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ,. (Coleção Origem).
- Spink, Peter Kevin.** O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicol. Soc.* [online]. 2008, vol.20, n.spe, pp.70-77. ISSN 1807-0310 Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000400010&script=sci_abstract&tlng=pt
- Teixeira, E.** (2002) O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. Salvador: AATR-BA
- Ul Haq, Mahbub** (2008), "The Human Development Paradigm", in Giorgio Secondi (ed.), *The Development Economics Reader*, Routledge, pp. 28-33.
- Viegas, J.** (2014). Associativismo, Sociedade Civil e Democracia, *Análise Associativa* n.º1 [Número temático "Democracia e Associativismo"], Nov. 2014, CPCCRD, pp. 36-51.
- Wacquant, L.** (2006), A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. *Revista do Departamento de Sociologia – Faculdade de Letras/UP*, vol.XVI, Porto, 2006
- Wallerstein, I.** (1984) *The Politics of the World-Economy. The States, the Movements and the Civilizations*, Cambridge: Cambridge University Press.

Yin, R. K. (1994). Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos (2 ed.). Porto Alegre: Bookman.

Legislação consultada

Constituição República Portuguesa- Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10.

Decreto-Lei n.º.163/93 de 7 de Maio.

Regulamento Municipal do Programa de Apoio ao Auto Realojamento - Quinta Lage- Diário da República n.º 3/2019, Série II de 2019-01-04.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018- Diário da República n.º 84/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-05-02.

Notícias consultadas (versão online)

24, TVI. (9 Julho 2019). *Vai ser discutido programa de habitação com moradores da Quinta da Lage na Amadora* [Peça jornalística].

Conceição Antunes. (11 Junho 2019). Lei de Bases da Habitação: deputados consideram "provocatórias" as demolições na Quinta da Lage. *Expresso*.

Sem autor(a). (9 Junho 2019). Reportagem: Moradores da Quinta da Lage resistem à erradicação do bairro e pedem requalificação. *Diário de Notícias*.

Filomena Lança. (11 Junho 2019). Câmara da Amadora avança com demolições na Quinta da Lage. *Jornal de Negócios*.

Joana Gorjão Henriques . (22 Março 2019). Moradores de bairros precários no Parlamento. Não somos coitadinhos, queremos defender o que é nosso. *Público*.

Filomena Lança. (5 Junho 2019). Quinta da Lage: o bairro condenado que conquistou a esquerda e a direita no Parlamento. *Jornal de Negócios*.

Lusa. (9 de Junho de 2019). Cerca de 190 famílias da Quinta da Lage na Amadora aguardam realojamento desde 1993. *Público*.

Notícias, Sic. (Realizador). (9 Junho 2019). *Moradores da Quinta da Lage contra demolição do bairro* [Peça jornalística].

Sites

<http://www.cm-amadora.pt/2773-obra-fulcral-do-plano-de-regeneracao-da-venda-nova-pronta-a-comecar.html>

<http://amadora.office.outdare.pt/acao/Constru%C3%A7%C3%A3o+da+Via+Distribuidora+Estruturante+-+L5/4>

https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/docs/programas_financeiamento/Estrategias_Locais.pdf

https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=AEO11_OVERVIEW_CHAPTER4_TAB2_PT

<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=49>

<https://pt.countryeconomy.com/demografia/idh/portugal>

[http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.p
d](http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.pdf)

7. ANEXO

7.1 GRELHA DE OBSERVAÇÃO

	Estratégia	O que pretendia
Pesquisa	Estudo de caso	Saber mais e conhecer a experiência dos moradores da Qta. da Lage, enquanto agentes/voz activa no processo de bem-estar local
Tarefas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Visitas ao bairro ✓ Observação nas assembleias municipais e de freguesia ✓ Entrevista (não foi possível realizar) 	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear as acções da AMQL • Compreender os instrumentos para reivindicar o direito à habitação social
Características da população	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Recolher relatos (contexto informal) ✓ Notícias de jornais ✓ Entrevista (não foi possível realizar) 	Conhecer a história do bairro através dos seus moradores

Fonte: retirado do diário de campo da pesquisa

7.2 COLECTA DE NOTÍCIAS

Título da notícia	Nome do jornal	Ponto de chamou atenção da pesquisadora
Cerca de 190 famílias da Quinta da Lage na Amadora aguardam realojamento desde 1993	Público (09/06/2019)	“Rejeitando a ideia de requalificação da Quinta da Lage, a Câmara Municipal da Amadora afirmou que, em pleno século XXI, “não pode aceitar e perpetuar a precariedade habitacional existente neste bairro”, mantendo-se “empenhada em proporcionar condições de habitabilidade condignas para os residentes”.
Reportagem: Moradores da Quinta da Lage resistem à erradicação do bairro e pedem requalificação	Diário de Notícias (09/06/2019)	“Quando chegou ao bairro - ainda não existia o município da Amadora, pelo que o território pertencia ao concelho de Oeiras -, o casal foi viver para uma casa com estrutura de madeira, sem água, luz e esgotos. A situação foi posteriormente ultrapassada, com a participação de todos os moradores na construção de melhores condições habitacionais.”
Quinta da Lage: o bairro condenado que conquistou a esquerda e a direita no Parlamento	Jornal de negócios (05/06/2019)	“No dia em que inicia as votações indiciárias da Lei de Bases da Habitação, o Parlamento inaugura uma exposição de desenhos e fotografias de crianças da Quinta da Lage, um bairro de autoconstrução.”
Câmara da Amadora avança com demolições na Quinta da Lage	Jornal de negócios (11/06/2019)	O grupo de trabalho criado no Parlamento para as questões da habitação, que arranca esta terça-feira com as votações indiciárias da lei de bases da habitação, recebeu a notícia antes do início dos trabalhos: no bairro da Quinta da Lage, na Amadora, estavam a realizar-se demolições de habitações, ordenadas pela Câmara Municipal da Amadora, que pretende erradicar o bairro.

Lei de Bases da Habitação: deputados consideram "provocatórias" as demolições na Quinta da Lage	Expresso (11/06/2019)	“ Um dos aspetos já aprovados pelos deputados foi a necessidade de ter em conta "os laços de vizinhança e comunidades pré-existentes" em casos que envolvam "atribuição de habitação adequada em processos públicos de realojamento" - numa clara ligação à situação à Quinta da Lage, onde os moradores não querem ser erradicados por assumirem ter um forte sentimento de comunidade, o que é refletido na exposição que está patente na Assembleia da República, com desenhos das crianças deste bairro onde se lê "Eu amo o meu bairro e não quero sair daqui". “
---	-----------------------	--

7.3 INFORMAÇÃO DO BAIRRO

Bairro da Quinta da Lage



Modo de leitura

aA - aA +

A intervenção municipal no Bairro da Quinta da Lage, localizado na área da Falagueira/Mães de Água, encontra-se numa fase inicial. Não obstante a erradicação deste bairro, a par dos demais de natureza precária ainda existentes no território assume-se como prioritário na estratégia municipal de habitação em elaboração, no quadro das novas políticas e mudanças substanciais que, no curto prazo, se perspectiva para a área da habitação em termos nacionais.

O investimento municipal totalizou até à data um milhão e duzentos mil euros em programas habitacionais alternativos ao realojamento através de financiamento direto à aquisição / arrendamento de casa própria.

Estado
Iniciado

Saber mais
n/a

Prazo de execução
2021

Última Atualização
2018-10-17 08:22:48

Fonte: Website CMA <http://amadora.office.outdare.pt/acao/Bairro+da+Quinta+da+Lage/3>